

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA FIBRA DUPONT SUDAMÉRICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito,

FIBRA DUPONT SUDAMÉRICA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. São Jerônimo, nº 6001, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 00.021.096/0001-74, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSIONORA"), e

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 2439, 11º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "AGENTE FIDUCIÁRIO"), representando a comunhão dos debenturistas adquirentes das debêntures objeto desta Escritura,

Vêm celebrar a presente Escritura Particular de Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Flutuante da Fibra DuPont Sudamérica S.A. (doravante simplesmente denominada "Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I. - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") dos acionistas da EMISSIONORA realizada em 4 de agosto de 2000, a qual foi objeto de retificação e ratificação pela AGE dos acionistas da EMISSIONORA, realizada em 29 de setembro de 2000.

A Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2000, delegou ao Conselho de Administração a deliberação acerca das seguintes matérias: a) deliberar sobre as matérias previstas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6404 de 15.12.1976 e b) cancelar as debêntures desta 1ª (primeira) emissão que estejam em tesouraria da EMISSIONORA.

CLÁUSULA II. - DOS REQUISITOS

A emissão das debêntures (doravante designadas individualmente por "Debênture" e coletivamente por "Debêntures") será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. - Registro na Comissão de Valores Mobiliários

Esta 1ª emissão pública de Debêntures da EMISSIONORA será registrada junto à CVM - Comissão de Valores Mobiliários (doravante simplesmente denominada "CVM") na forma das Leis nºs 6.385, de 7/12/76, 6.404 de 15/12/76, 9.457 de 5/5/97 e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. - Arquivamento e Publicação das Atas da Assembléia Geral Extraordinária

As atas das AGEs que deliberaram sobre a emissão das Debêntures foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 163.631/00-1, em sessão de 30 de agosto de 2000 e nº 186.184/00-1, em sessão de 04 de outubro de 2000, e publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Liberal, em 6 de setembro de 2000 e 05 de outubro de 2000, respectivamente.



2.3. - Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura será registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na sede da EMISSORA.

CLÁUSULA III. - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**3.1. - Objeto Social da EMISSORA**

A EMISSORA tem por objeto: (i) a fabricação e a comercialização, inclusive a importação e a exportação de “nylons” têxteis 6.6, e 6, produzidos pelos processos convencionais e P.O.Y.; de polímeros “nylon” têxtil 6.6 e 6; e de outros produtos que venham a ser aprovados por unanimidade pelo Conselho de Administração; (ii) a representação comercial e a distribuição de produtos complementares àquelas por ela fabricados; e (iii) a participação no capital de outras sociedades.

3.2. - Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª (primeira) emissão de Debêntures, em série única.

3.3. - Montante da Emissão

O montante da presente emissão é de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão.

3.4. - Destinação dos Recursos

Os recursos provenientes da presente emissão serão aplicados na otimização da estrutura de capital da EMISSORA, através do alongamento do perfil do passivo oneroso, redução do custo ponderado de capitais de terceiros e maior vinculação do endividamento geral da EMISSORA a recursos captados em moeda local.

3.5. - Colocação e Procedimento

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP – Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80, e Parecer de Orientação CVM nº 09/81, no que couber, sendo, portanto, atendidos preferencialmente, em igualdade de condições, os clientes dos coordenadores da distribuição e de eventuais instituições financeiras subcontratadas, não havendo reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.6. - Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

3.7. - Certificados de Debêntures

Não serão emitidos Certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.7. da Cláusula IV.



CLÁUSULA IV. - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES**4.1. - Das Características Básicas**

4.1.1. - Valor Total da Emissão: O valor total da emissão será de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. - Valor Nominal Unitário: O Valor Nominal Unitário das Debêntures será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. - Número de Séries: A emissão será feita em série única.

4.1.4. - Quantidade de Debêntures: Serão emitidas 1.200 (hum mil e duzentas) Debêntures em série única.

4.1.5. - Data de Emissão: Para todo e qualquer efeito legal, a Data de Emissão das Debêntures será o dia 29 de setembro de 2000 (a "Data de Emissão").

4.1.6. - Prazo e Data de Vencimento: O prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, vencendo-se, portanto, em 29 de setembro de 2003, ocasião em que a EMISSORA se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração.

4.1.7. - Forma: As Debêntures serão emitidas na forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. responsável pela escrituração das Debêntures.

4.1.8. - Classe (Conversibilidade): As Debêntures serão da classe simples, não conversíveis em ações.

4.1.9. - Espécie: As Debêntures serão da espécie com garantia flutuante.

4.2. - Atualização do Valor Nominal

O Valor Nominal não será atualizado.

4.3. - Remuneração**4.3.1 Remuneração**

As Debêntures serão remuneradas com taxa de juros flutuante, referenciada na Taxa de Juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo ("Taxa DI"), calculadas e divulgadas pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, capitalizada de um "spread" de 1,0% (hum por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, se for o caso, para o período compreendido entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, do respectivo Período de Vigência da Remuneração.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

4.3.2 Fórmula da Remuneração

A remuneração das Debêntures será determinada aplicando-se a fórmula abaixo:

$$J = VN \times \left\{ \prod_{i=1}^f [(TDIs) + 1] - 1 \right\}$$

onde:

- J** = valor da Remuneração devida no fim de cada Período de Capitalização;
- VN** = Valor Nominal da Debênture no início do Período de Capitalização, ou saldo do Valor Nominal;
- $\prod_{i=1}^f$ = produtório de “f” termos, referente ao número de dias úteis contidos entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, de cada Período de Capitalização;
- f** = número total de taxas de juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo, calculada e divulgada pela CETIP, nos dias contidos entre o início, inclusive, e o fim, exclusive, de cada Período de Capitalização;
- TDIs** = taxa CETIP, acrescidas de “spread”, expressa ao dia, verificadas nos “f” dias entre o início do Período de Capitalização, inclusive, e o fim do Período de Capitalização, exclusive, e obtidas a partir da seguinte fórmula:

$$TDIs = \left[\left(\frac{TaxaCetip}{100} + 1 \right) \times \left(\frac{S}{100} + 1 \right) \right]^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- S** = “Spread” de 1,0% (hum por cento) ao ano para o Período de Vigência da Remuneração das Debêntures;
- Taxa Cetip** = taxa média de depósitos interfinanceiros - DI de um dia, Extra-Grupo da CETIP, expressa em percentual ao ano.

Define-se:

- (a) Período de Vigência da Remuneração: período no qual a taxa de Remuneração permanece inalterada, compreendido entre a Data de Emissão e a data de vencimento das Debêntures.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(b) Período de Capitalização: intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se em 29 de março de 2001, 29 de setembro de 2001, 29 de março de 2002, 29 de setembro de 2002, 29 de março de 2003 e 29 de setembro de 2003.

4.3.3. Apuração da Taxa de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo

Para efeito das cláusulas e condições estabelecidas nesta Escritura, adotar-se-á o procedimento abaixo na ocorrência das seguintes hipóteses:

- A utilização da Taxa de Juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo, deverá considerar o número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- Na indisponibilidade temporária da Taxa de Juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo por prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, será utilizado automaticamente em sua substituição, a última taxa divulgada disponível, não cabendo, quando da divulgação e adoção da taxa devida, qualquer reembolso, tanto por parte dos debenturistas, quanto por parte da EMISSORA;
- A indisponibilidade temporária da Taxa de Juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis exigirá a realização de Assembléia Geral Especial de Debenturistas, convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO exclusivamente para a definição, de comum acordo com a EMISSORA, do procedimento a ser adotado em relação à Remuneração das Debêntures;
- Nos casos de extinção ou impossibilidade legal de aplicação da Taxa de Juros de Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, Extra-Grupo às Debêntures, será utilizado o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. No caso de não ser criado nenhum parâmetro legal, o AGENTE FIDUCIÁRIO convocará a Assembléia Geral dos Debenturistas, de comum acordo com a EMISSORA, para deliberação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela EMISSORA. Não sendo aceito o novo parâmetro pela Assembléia Geral dos Debenturistas, haverá a repactuação da Remuneração das Debêntures antes do encerramento do Período de Vigência da Remuneração, aplicando-se o disposto abaixo:

(a) O Conselho de Administração da EMISSORA deverá deliberar sobre as condições a vigorar no próximo Período de Vigência da Remuneração e comunicar aos debenturistas o seguinte:

- (a1) o prazo do próximo Período de Vigência da Remuneração;
- (a2) a modalidade e a nova Remuneração para o próximo Período de Vigência de Remuneração; e
- (a3) as datas de pagamento da Remuneração.



reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

b) As condições fixadas pelo Conselho de Administração da EMISSORA serão comunicadas aos debenturistas na forma do item 4.8. desta Escritura, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação, para que os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas manifestem sua opção pela venda de seus títulos à EMISSORA.

c) A EMISSORA obriga-se a adquirir as Debêntures de titularidade dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo Conselho de Administração na forma prevista neste item, pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração *pro rata temporis*, na data de término do Período de Vigência de Remuneração em curso.

d) As Debêntures adquiridas na forma deste item poderão, por opção da EMISSORA, ser mantidas em tesouraria, canceladas ou vendidas a terceiros, a qualquer tempo.

4.4. - Limite da Emissão

A presente emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, tendo em vista que, em 30 de junho de 2000, o capital social integralizado da EMISSORA era de R\$ 232,4 milhões, sendo esta a 1ª (primeira) emissão de valores mobiliários da EMISSORA.

4.5. - Subscrição

4.5.1 Prazo da Subscrição: As Debêntures desta emissão poderão ser subscritas, a partir da data da publicação do 2º (segundo) anúncio de início de distribuição, a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição que será de 6 (seis) meses a contar da data da concessão do registro da CVM, conforme previsto no artigo 26 da Instrução CVM nº 13/80.

4.5.2 Preço de Subscrição: As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, acrescido da Remuneração de acordo com o item 4.3. desta Escritura, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva integralização, devendo tal valor ser pago integralmente no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

4.5.3.- Integralização:

4.5.3.1.- As Debêntures deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da Subscrição.

4.5.3.2.- As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.6. - Forma de Pagamento

As Debêntures serão integralizadas conforme o item 4.5.3 em moeda corrente nacional.

4.7. - Das Condições de Pagamento

4.7.1. - Local de Pagamento: Os pagamentos que fazem jus às Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos do SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos; ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado à CETIP, (ii) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

4.7.2. - Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Capital do Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pelo SND – Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto, operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.

4.7.3. - Encargos Moratórios: Ocorrendo impontualidade por parte da EMISSORA no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela EMISSORA, ficarão sujeitos à multa convencional, irredutível e não compensatória de 5% (cinco por cento), além da Remuneração, caso devida, nos termos desta Escritura, calculados exponencialmente *pro rata temporis*, e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial

4.7.4. - Decadência dos Direitos aos Acréscimos: Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.8. - Comunicações

4.8.1. - Publicidade: Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal Valor Econômico sempre com a antecedência mínima de 8 (oito) dias úteis, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

4.8.2. - Endereçamento: As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Fibra DuPont Sudamérica S.A..
Endereço: Av. das Nações Unidas, nº 10.989, 10º andar, Vila Olímpia,
São Paulo - SP
CEP: 04578-000
Att.: Sr. Nilo Marcos Mingroni Cecco
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores
Telefone: (11) 3048-4454
Fax: (11) 3048-4492
E-mail: nilo-marcos.cecco@bra.dupont.com



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Planner Corretora de Valores S.A.

Endereço: Avenida Paulista nº 2.439, 11º andar, São Paulo, SP

CEP: 01311-300

Att: Viviane Aparecida dos Santos

Telefone: (11) 3061-9444

Fax: (11) 3061-0964

E-mail: agfiduciario@planner.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao AGENTE FIDUCIÁRIO, aos coordenadores e banco mandatário da presente emissão pela EMISSORA.

CLÁUSULA V. - DOS COMPROMISSOS DE PROTEÇÃO (COVENANTS)

A EMISSORA se compromete durante a vigência da presente emissão, sob pena de declaração de vencimento antecipado, a:

(i) não efetuar mudanças na participação acionária da EMISSORA sem o prévio consentimento dos debenturistas; e

(ii) não conceder novos mútuos financeiros ou qualquer tipo de empréstimo para suas controladas, coligadas e controladoras, sem o prévio consentimento dos debenturistas, com exceção das operações de mútuo da EMISSORA já existentes na data da presente Escritura.

CLÁUSULA VI. - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA**6.1. - Aquisição Facultativa**

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação desta emissão, por preço não superior ao Valor Nominal, acrescido da Remuneração devida até a data da aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei 6.404/76. As Debêntures, objeto deste procedimento, poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA, ou colocadas novamente no mercado.

6.2. - Resgate Antecipado

6.2.1 A EMISSORA, por deliberação do Conselho de Administração, reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da data de Subscrição, e mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias corridos aos debenturistas, através de publicação feita nos termos do item 4.8. desta Escritura, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, de acordo com o item 4.3. desta Escritura.

6.2.2 Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e divulgado amplamente pela imprensa, inclusive no que concerne as regras do sorteio, conforme estabelecido no item 4.8. desta Escritura.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

6.3. - Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração prevista no item 4.3. desta Escritura, calculada exponencialmente por dias decorridos até o efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes fatos:

- (a) Pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA ou por suas controladas;
- (b) Liquidação ou decretação de falência da EMISSORA ou de suas controladas;
- (c) Não pagamento da Remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de vencimento;
- (d) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua ocorrência;
- (e) Vencimento antecipado de qualquer obrigação da EMISSORA decorrente de inadimplemento em obrigação de pagar qualquer valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas desde que o respectivo credor esteja de qualquer forma exigindo o pagamento da obrigação;
- (f) Não cumprimento pela EMISSORA de qualquer outra obrigação prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

Para os efeitos de Vencimento Antecipado das Debêntures, nos termos deste item, o AGENTE FIDUCIÁRIO deverá notificar a EMISSORA mediante carta protocolada encaminhada com 30 (trinta) dias úteis de antecedência.

CLÁUSULA VII. - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obriga-se adicionalmente a:

- (a) Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - (a.1) dentro de, no máximo, 60 (sessenta) dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
 - (a.2) dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA, bem como suas respectivas respostas;
 - (a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202/93, nos prazos ali previstos;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(a.4) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembléia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembléias Gerais, bem como a data e ordem do dia da assembléia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;

(a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1.;

(a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada;

(a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela EMISSORA, imediatamente após o seu recebimento;

(a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento;

(a.9) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VI desta Escritura, imediatamente após a sua ocorrência;

(b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;

(c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do AGENTE FIDUCIÁRIO (ou de auditor independente por este contratado, a expensas da EMISSORA) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da EMISSORA;

(d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente emissão nos termos do item 9.1. desta Escritura caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;

(e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;

(f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;

(g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

(h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

(i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(j) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(k) não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora; e

(l) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes.

CLÁUSULA VIII. - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. - Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura, Planner Corretora de Valores S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.2. - Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

(a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28/83, para exercer a função que lhe é conferida;

(b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

(c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições; e

(d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832/90, do Banco Central do Brasil.

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

8.3. - Substituição

(a) Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar a substituição.

(b) Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

(c) É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em assembléia especialmente convocada para esse fim.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(d) A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28/83, e eventuais normas posteriores.

(e) A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura, que deve ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a presente Escritura.

(f) O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual Aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

(g) Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.

8.4. - Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

(a) Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;

(b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

(c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

(d) Verificar a observância, pela EMISSORA, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de garantia flutuante oferecida;

(e) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

(f) Promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(g) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

(h) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

(i) Verificar a regularidade da constituição da garantia flutuante, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(j) Examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

(k) Intimar a EMISSORA a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação de tal garantia;

(l) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA e, também, da localidade onde se situem eventuais imóveis hipotecados;

(m) Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

(n) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deve efetuar suas publicações, de acordo com o item 4.8.1. desta Escritura;

(o) Comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

(p) Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea “b” da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

(p.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

(p.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

(p.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da EMISSORA;

(p.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

(p.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;

(p.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;

(p.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;

(p.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração;

(p.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

(p.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

(p.11) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures da presente emissão.

(q) Colocar o relatório de que trata o inciso "p" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

- (q.1) na sede da EMISSORA;
- (q.2) no seu escritório ou, quando se tratar de Instituição Financeira, no local por ela indicado;
- (q.3) na CVM;
- (q.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;
- (q.5) na Instituição que liderou a colocação das Debêntures.

(r) Publicar, nos órgãos da imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, de acordo com o item 4.8.1 desta Escritura, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "q";

(s) Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

(t) Coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas;

(u) Administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no § 2º, artigo 60, da Lei nº 6.404/76;

(v) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

(w) Notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

- (w.1) à CVM; e
- (w.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso.

8.5. - Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- (a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Executar eventuais garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

- (c) Requerer a falência da EMISSORA, se não existirem garantias reais;
- (d) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas; e
- (e) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

O AGENTE FIDUCIÁRIO somente eximir-se-á da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “d” do *caput* deste item se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “e” do *caput* deste item.

8.6. - Remuneração

O AGENTE FIDUCIÁRIO receberá, a título de honorários, pelo desempenho de suas atribuições:

- (a) Parcelas anuais de R\$ 8.000 (oito mil reais) cada uma, vencendo-se a primeira no 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da obtenção do registro na CVM;
- (b) As parcelas referentes ao item “a” serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação do IGP-M, acumulado no respectivo período;
- (c) A remuneração será acrescida dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos ou taxas que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (d) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do AGENTE FIDUCIÁRIO, bem como a participação do AGENTE FIDUCIÁRIO, em assembléias e/ou reuniões de debenturistas, ressaltando inclusive a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do AGENTE FIDUCIÁRIO;
- (e) A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA, mediante pagamento das respectivas faturas, acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação, quais sejam:
 - Publicações em gerais (exemplos: de edital de convocação de Assembléia Geral de Debenturistas (“AGD”) / de publicação de AGD / de anúncio comunicando que o relatório anual do AGENTE FIDUCIÁRIO se encontra à disposição);
 - Notificações;
 - Extração de certidões;
 - Viagens e estadias;
 - Despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

8.7. - Despesas

A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere este item será efetuado, imediatamente, após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.

No caso de inadimplemento da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do AGENTE FIDUCIÁRIO, na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA IX. - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Os titulares das Debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia para deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto do artigo 71 da Lei nº 6.404/76, sendo que as modificações nas condições das Debêntures deverão ser aprovadas por debenturistas que representem mais da metade das Debêntures em circulação.

Serão excluídas do quorum de instalação e deliberação, as Debêntures que se encontrarem na tesouraria da EMISSORA, ou de titularidade de suas coligadas e controladas.

9.1. - Convocação

A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.2. - Quorum de Instalação

A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.



Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

9.3. - Mesa Diretora

A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. - Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembléia, a cada Debênture em circulação, caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

CLÁUSULA X. - DECLARAÇÕES E GARANTIAS**10.1. - Declarações e Garantias do AGENTE FIDUCIÁRIO**

O AGENTE FIDUCIÁRIO declara e garante à EMISSORA que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- (c) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do AGENTE FIDUCIÁRIO, exequível de acordo com os seus termos e condições.

10.2. - Declarações e Garantias da EMISSORA

A EMISSORA declara e garante ao AGENTE FIDUCIÁRIO que:

- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela EMISSORA;
- (c) este instrumento constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da EMISSORA, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) os Prospectos Preliminar e Final relativos à emissão das Debêntures (coletivamente, o "Prospecto") contém: (i) todas as informações relevantes em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da EMISSORA, de sua condição financeira, lucros, perdas e perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, sendo que tais informações não são enganosas, incorretas ou inverídicas, (ii) as declarações contidas no Prospecto em relação à EMISSORA e suas controladas e coligadas são verdadeiras e não são enganosas.



incorretas ou inverídicas, (iii) as opiniões, análises e (se houver) previsões expressas no Prospecto em relação à EMISSORA foram dadas honestamente, sendo expressadas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis, (iv) não há outros fatos em relação à EMISSORA, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão, no contexto dessa emissão, faça com que alguma declaração do Prospecto seja materialmente enganosa, incorreta ou inverídica, e (v) todos os esforços foram feitos pela EMISSORA para assegurar-se de que as declarações, informações e fatos descritos no Prospecto são verdadeiros;

(e) a celebração desta Escritura e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a EMISSORA ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da EMISSORA ou de suas controladas e coligadas, ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(f) as Demonstrações Financeiras da EMISSORA, datadas de 31 de dezembro de 1999, representam corretamente a posição financeira da EMISSORA e de suas controladas e coligadas em tal data e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

(g) tanto a EMISSORA quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

(h) exceto pelas contingências informadas no Prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na EMISSORA ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

CLÁUSULA XI. - DA DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. - Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao AGENTE FIDUCIÁRIO e/ou aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela EMISSORA nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. - Foro

Fica eleito o Foro da Capital do Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.



Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 04 de outubro de 2000.

FIBRA DUPONT BRASIL AMÉRICA S.A.

Nome: Nilo Marcos Mingroni Cecco
Cargo: DIRETOR ADMINISTRATIVO/FINANCEIRO e
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Nome: Rubens Approbato Machado Junior
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

ANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Nome: Carlos Arnaldo Borges de Souza
Cargo: Diretor

Nome: Viviane A. R. dos Santos
Cargo: Advogada



AZ 809188


OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE AMERICANA
EMOLUM.:R\$ 8.379,20 : TOTAL: R\$ 12.736,38
ESTADO :R\$ 2.262,38 : PRN. 146.636 : ATOS ESPECIAIS
IPESP :R\$ 1.675,84 : FICADOS NA CERTIDÃO AMERICANA
SINOREG:R\$ 418,96 : AMERICANA, 23/10/2000

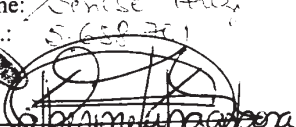


Proibida a reprodução
deste documento sem a
autorização da Pefran

PÁGINA DE ASSINATURA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA FLUTUANTE DA FIBRA DUPONT SUDAMÉRICA S.A., DATADA DE 04 DE OUTUBRO DE 2000, CELEBRADA ENTRE FIBRA DUPONT SUDAMÉRICA S.A. E PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Testemunhas:

1. - 
Nome: Denise Fonzzi
R.G.: 5.630.371

2. - 
Nome: Catherine A. S. M. Barbosa
R.G.: 21.279.088



CARTÓRIO REGISTRO CIVIL IBIRAPUERA
R. Nova Independência, 51 Fone: 5506.5744
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE
RECONHEÇO POR SEMELHANÇA 0001 FIRMAS DE:
0001-DENISE FONZZI
São Paulo, 17 de outubro de 2000.
EM TESTEMUNHA DA VERDADE
PAULO PELLIN-ESC. AUTORIZ.
Total Custas: *****1,69
Carimbo: 337269



CARTÓRIO DO 16. TABELIAO DE NOTAS
SAO PAULO - CAPITAL
Rua Bela Cintra, 1165 - Capital - SP
Fabio Tadeu Bisognin - tabeliao

RECONHEÇO POR SEMELHANÇA A(S) FIRMA(S) DE:
CATHERINE ALEA DUTRA DE MORAES BARBOSA
(104895)
São Paulo, 17 de outubro de 2000.
EM TEST. DA VERDADE.

RONALDO ROBERTO ZARATIN - ESCRIVENTE
COD. SEGURANÇA: 0423/17102000-5 1
VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE
FIRMA R\$ 1,69 ** TOTAL R\$ 1,69
DIGITADOR: RODRIGO 135353



Proibida a reprodução deste documento sem a autorização da Pefran